



ATA DA 59ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA PÚBLICA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL- CBH-RB, DE 03/07/09.

No dia 03 de julho de dois mil e nove, no salão de reuniões do Registro Base Ball Club (RBBC), localizado à Av. Jonas Banks Leite, nº - Registro - SP, realizou-se a 59ª Assembléia Ordinária do CBH-RB com a seguinte Ordem do Dia: 1) Abertura, 2) Informes Gerais da Secretaria Executiva, 3) Leitura e aprovação da ata da 58ª Assembléia Ordinária, de 16/02/09, 4) Projeto “Cílio do Ribeira”: apresentação do Instituto Socioambiental-ISA sobre o andamento dos trabalhos, 5) Apresentação, discussão e aprovação da Deliberação CBH_RB/118/09, que trata da atualização do cronograma do processo de discussão sobre a Cobrança pelo Uso da Água; informes sobre o andamento dos trabalhos de implementação da Cobrança, 6) Apresentação, discussão e aprovação da Deliberação CBH_RB/117/09, que trata da indicação de empreendimentos classificados pela Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento para obtenção de financiamento do FEHIDRO/2009, 7) Apresentação, discussão e aprovação da Deliberação CBH_RB/119/09, que versa sobre diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do FEHIDRO/2009 em projetos de demanda induzida estadual na área da UGRH 11, 8) Informes Gerais, 9) Encerramento. A mesa de trabalho foi integrada pelo Presidente do CBH-RB, Excelentíssimo Prefeito de Eldorado, sr. Donizete Antonio de Oliveira, pelo Secretário Executivo do CBH-RB, sr. Ney Akemaru Ikeda, pela Excelentíssima Prefeita Municipal de Registro, sr^a Sandra Kennedy Viana, pelo Ilustríssimo sr., Professor Doutor Sérgio Hugo Benez, Coordenador Executivo da Unesp - Registro. Iniciando os trabalhos, no **item 1 da pauta (Abertura)**, o sr. Presidente Donizete Antonio de Oliveira, doravante denominado simplesmente Presidente, cumprimentou a todos fazendo os devidos agradecimentos e comunicou a existência de quorum para a reunião e, a seguir, passou a palavra a Excelentíssima Prefeita de Registro Sandra Kennedy Vianna, na qualidade de anfitriã, que cumprimentou a todos e deu as boas vindas aos presentes. Com a palavra, o Secretário Executivo, Ney Akemaru Ikeda, doravante denominado simplesmente Secretário, deu início ao **item 2 da pauta (Informes Gerais da Secretaria Executiva)** informou a Ordem do Dia e listou a documentação, previamente encaminhada, para fins de discussão e aprovação na presente reunião; informou ainda os expedientes recebidos e seus respectivos conteúdos que está à disposição na Secretaria Executiva aos interessados. Destacou a participação do Comitê na realização conjunta com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, do Seminário de Defesa Civil, na cidade de Registro, onde foi realizado um curso de capacitação aos municípios nessa área de atuação, e agradeceu a presença maciça dos Prefeitos que estiveram em número de 12 na abertura do referido evento. Citou as atividades realizadas pelas Câmaras Técnicas (2 reuniões da CT da Área de Proteção e Recuperação doa Mananciais do Alto Juquiá e São Lourenço, 5 reuniões da CT de Planejamento e Gerenciamento, 5 reuniões da CT de Saneamento e 4 reuniões do Grupo Técnico da Cobrança). Citou também a participação na reunião dos Secretários Executivos dos Comitês de Bacia Hidrográfica, na cidade de São Pedro nos dias 30/06 e 01/07, cujo tema principal foi o programa “Pacto das Águas”, assunto este, oriundo do Fórum Internacional realizado em Istambul (Turquia). Passando para o **item 3 da pauta (Leitura e aprovação da ata da 58ª Assembléia Ordinária, de 16/02/09)** por unanimidade foi dispensada leitura da mesma sendo feita uma correção do nome do Prefeito de Itariri devendo ser redigido como Dinamérico e não Dino Américo, sendo na seqüência aprovada pelos presentes. A seguir, passou-se para o **item 4 da pauta (Projeto “Cílio do Ribeira”: apresentação do Instituto Socioambiental-ISA sobre o andamento dos trabalhos)** – com a palavra o sr. Nilto Ignácio Tato, discorreu sobre o objetivo do projeto que é coberto por dois financiamentos, um do Governo federal e outro do FEHIDRO, destacando a parcela de participação de cada uma das Entidades (ISA e Instituto Ambiental VIDÁGUA), onde a participação do ISA é estritamente voltada à campanha, visando a mobilização e articulação de todos os entes envolvidos e ao VIDÁGUA cabe a mobilização nos dois Estados (São Paulo e



Paraná), elaborar uma análise da situação das Áreas de Preservação Permanente (APP) na Bacia do Ribeira no Estado do Paraná e recuperar 120 hectares de matas ciliares. Após estas considerações, o sr. Nilto prosseguiu apresentando os resultados obtidos até o presente momento neste projeto, ou seja, os resultados do levantamento da situação das APPs em toda a Bacia, incluindo o Estado do Paraná e as ações realizadas (reuniões, seminários, campanhas, concursos, expedições) e alguns produtos (diagnóstico, site, cartilha). Comentou também sobre algumas iniciativas realizadas, como por exemplo, as tratativas junto ao Ministério Público, visando um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), com o objetivo de propiciar condições mais maleáveis aos interessados em recuperar áreas degradadas, sem o rigor previsto na legislação, que atualmente inibe o produtor rural. Citou a construção do viveiro de mudas na Ilha Comprida, em parceria com a Prefeitura e com a SOS Mata Atlântica. Destacou que já foi realizado plantio de 15 hectares (26.000 mudas), e já ajustado com os proprietários através de termo de compromisso uma área total de 56 hectares. Destacou a necessidade de compôr um novo Conselho para a Campanha, uma vez que o escolhido anteriormente foi desfeito, por sua própria iniciativa. Continuando, lembrou a necessidade da recomposição deste Conselho, pela importância do mesmo nas ações em andamento, além das que estão por vir, na continuidade do projeto. **Antecipando o item 7 da pauta** (Apresentação, discussão e aprovação da Deliberação CBH-RB/119/09, que versa sobre diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do FEHIDRO/2009 em projetos de demanda induzida Estadual na área da UGRH 11), o Secretário relatou o histórico que antecedeu o processo de habilitação dos recursos. Citou também o aumento dos recursos, em razão da entrega do Plano de Bacia dentro do prazo e também pela penalização da Bacia do Paraíba do Sul e Litoral Norte, resultando no valor de R\$ 3.604.929,00 (três milhões seiscentos e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais), 5,87% do Estado, um acréscimo maior que o dobro em relação ao ano passado. Explicou sobre a criação da demanda induzida Estadual definida pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, onde foi estabelecido que 20% dos recursos devem ser empregados em projetos de “revitalização de bacias hidrográficas”, sendo este assunto objeto da deliberação 119, que trata de critérios e procedimentos para a distribuição destes recursos. Os projetos induzidos e espontâneos de demandas normais do CBH-RB foram classificados e elencados, sendo que alguns foram desclassificados em função de não possuírem licença ambiental, e, após a distribuição, resultou um saldo de R\$ 166.156,98 (cento e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos). A seguir, o Secretário listou todos os projetos classificados e colocou que está sendo feita uma proposta para adicionar o saldo aos 20% de demanda induzida estadual, aumentando a disponibilidade de recurso para este fim, assunto este a ser discutido mais à frente. Com a palavra, Ivy Wiens (Instituto Vidágua), discorreu sobre o fato de um projeto apresentado pelo Instituto não ter sido pontuado, embora esteja adequado aos parâmetros do Programa de Duração Continuada – PDC do Plano Estadual de Recursos Hídricos, assim, considerando que pelos novos parâmetros de reservação de 20% dos recursos o projeto não será incluído, questionou se o citado saldo não poderia ser utilizado para atendimentos dos projetos em questão. O Secretário salientou que esta decisão surpreendeu a todos, mas foi uma decisão do CRH, onde todo o PDC-4, programa que trata da conservação e proteção dos corpos d’água, está inserido na proposta da demanda induzida Estadual. O sr. Nilto (ISA) colocou que esta decisão foi autoritária, de cima para baixo, e os projetos apresentados pelo ISA e Vidágua não foram pontuados e não podem ser contemplados dentro do novo Edital, portanto estes foram prejudicados e o plenário precisa avaliar e buscar uma solução para este problema pois os trabalhos que estão em andamento poderão ser paralisados. Retomando a palavra, a sr^a Ivy, perguntou se esta decisão de não pontuação dos projetos foi uma decisão local ou uma determinação do CRH. O Secretário respondeu que foi uma decisão da Câmara Técnica, uma vez que existia o entendimento de que esses projetos eram o que teriam melhores condições de, com alguma adequação, se enquadrar às prerrogativas exigidas pela Demanda Induzida Estadual. Pedindo a palavra o Professor Arlei Benedito Macedo (Instituto de Geociências da USP), relatou



que até a ida a São Paulo a uma reunião para conhecer os propósitos da demanda induzida estadual, os projetos mencionados estavam devidamente enquadrados e com recursos reservados para os mesmos, no entanto, as explicações recebidas dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente é de que seria necessário um Plano, que seguisse os moldes do Termo de Referência apresentado pela Bacia do Piracicaba e Jundiáí (PCJ), sendo que este é bem diferente do apresentado inicialmente pelos Institutos, sendo exigência do CRH a necessidade de existir o referido Plano, antes de serem realizadas as ações. Diante deste novo quadro foi realizada uma nova reunião da Câmara Técnica, na qual foi sugerida ação conjunta de técnicos locais (UNESP, Grupo de Apoio, ISA e Vid'água), lembrando que esse grupo de apoio tem excelentes precedentes, pois se resume aos técnicos que elaboraram o Plano de Bacia do Vale do Ribeira e Litoral Sul, que foi considerado um dos dois melhores do Estado. Com a palavra o sr. Antônio Eduardo Sodrzeieski (SAA/EDR), perguntou se a exigência do Plano é referente ao PDC 4 ou aos 20% restantes e considerou que se for referente ao PDC 4, realmente está havendo uma injustiça com relação aos projetos, com prejuízos aos Institutos. Esclarecendo, o Professor Arlei, informou que estas exigências tem a ver com o PDC 4, demandas induzidas, e dentro das ações previstas pelo FEHIDRO só serão contemplados os projetos que seguirem o pré-estabelecido na resolução, ou seja, primeiro o Plano, depois o projeto executivo e finalmente a sua implantação, e, sob estes critérios e responsabilidades do Comitê, não se deve encaminhar projetos contrariando as normas para evitar que estes sejam reprovados em outras instâncias. Retomando a palavra, o sr. Nilto, concordou com as palavras do professor Arlei, mas destacou que os projetos e as Instituições citadas não se enquadram nessas colocações, pois os projetos estão devidamente enquadrados dentro das exigências do FEHIDRO. Considerou ainda que esta foi uma decisão da Câmara Técnica e que precisa ser validada por esta Assembléia, argumentando que estes 3 projetos precisam ser reenquadrados dentro do PDC 4 e assim serem novamente pontuados, uma vez que os mesmos não conseguem ser enquadrados nos 20% correspondentes à demanda induzida estadual. Sugeriu que fosse revista a questão, embora sabendo que isso possa atrasar o andamento dos processos, e propôs ainda que fosse disponibilizado nesta Assembléia, ao menos cinco minutos para apresentação dos projetos induzidos por parte dos proponentes. Com a palavra o João Carlos Perucello, da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida, informou que no dia da reunião da Câmara Técnica estava presente e esclareceu que dentro do PDC 4 a disponibilidade correspondente a 5% do total da verba era menor que demanda, dos projetos apresentados, havendo necessidade de readequação dos seus valores, e que, por esta razão, o Instituto Vid'água, representado na ocasião pelo técnico Maurício de Carvalho, desistiria da apresentação do projeto. Retomando a palavra o sr. Nilto, explicou que naquela ocasião, por uma questão estratégica em função da limitação dos recursos, isso ocorreu, no entanto, esse quadro mudou quando os Institutos foram chamados para uma nova conversa devido a alteração do reenquadramento, ou seja, houve um outro contexto no qual essa primeira ação acabou sendo descaracterizada. Com a palavra a Prefeita Sandra Kennedy, solicitou mais informações sobre o assunto, e analisou que se existe uma possibilidade de resolver esta questão, que seja feita, pois o fato de haver a necessidade de ser feito um plano, envolve todo um processo de discussão com a comunidade, que já está saturada disso. Novamente com a palavra, o professor Arlei ressaltou que a proposta apresentada aos Institutos foi exatamente essa, ou seja, juntar as informações e elaborar um Plano conjunto, dentro das regras exigidas. Com a palavra o Secretário, salientou que o Plano apresentado pelo ISA não atende as exigências, e que não existe Plano de Educação Ambiental da Bacia do Ribeira, ou seja, apesar dos esforços os objetivos estão dispersos. Destacou que existe um esforço de entendimento da Câmara Técnica para que o Plano seja executado. A sra. Ivy colocou que participa de outros dois Comitês do Estado e que nesses os projetos apresentados, foram aprovados e encaminhados, e que, portanto, deve haver uma diferença no entendimento nos Comitês quanto às novas normas. O Secretário, afirmou que os projetos que não estiverem adequados à norma, com certeza retornarão, trazendo prejuízos aos Comitês que os apresentaram. O



Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul
Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. (13) 3821-4730 – E-mail: comiterb@ambiente.sp.gov.br

Professor Sérgio Hugo Benez (Unesp) frisou que se existem normas elas devem ser cumpridas, para se evitar problemas, e que a Unesp anteriormente já retirou um projeto por se sentir impossibilitada de atender a todos os requisitos que o Agente Técnico pediu, e considerando que tratava-se de uma Universidade, nota-se portanto o nível de requisitos solicitados. Lembrou que está sendo proposta uma parceria, e que não está havendo nenhum impedimento, portanto não entende por que tanta celeuma sobre o assunto. Com a palavra, o Presidente concluiu que trata-se de uma questão legal, e a parceria é o melhor caminho para resolver estas questões, visando a execução desses projetos que são importantes para a nossa região. Com a palavra o sr. Sodrzeieski opinou que esta decisão deve ser da Plenária, havendo necessidade de votação sobre o assunto e desde já coloca à disposição a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para auxiliar nos trabalhos de elaboração do Plano, lembrando que fica em aberto a participação de toda e qualquer outra Instituição ou Órgão Público interessado. Novamente, o sr. Nilto observou que sentiu-se constrangido em ter de defender os interesses próprios nesta Assembléia, mas destacou que existe um erro de interpretação da Câmara Técnica, pois outras vezes já ocorreu problemas com outros projetos, que iriam retornar, mas que depois de devidamente explicados foram aprovados e deram seqüência nos mesmos. Solicitou que seja registrado em ata que o Plenário precisa decidir uma proposta da Câmara Técnica, onde foram prejudicados dois projetos. Com a palavra o Professor Arlei, solicitou que seja também registrado em ata que a negativa destes projetos não é uma interpretação da Câmara Técnica, que foi realizada consulta à Coordenadoria do CRHi, que responderam que para que seja aprovado qualquer projeto de ação específica, haveria a necessidade da precedência do Plano, e reforçou que o sr. Nilto sabe disso perfeitamente pois estava presente em todas as reuniões das quais participou. Destacou que desde a primeira reunião após essas novas exigências, foram convidadas as Instituições para realizar o Plano em conjunto, e que não vê por que não realizar este Plano, a não ser algum personalismo. Com a palavra o sr. Presidente colocou em votação a deliberação 117, que foi aprovada com abstenções do sr. Nilto e do sr. Ocimar Bim (Instituto Florestal) ,após correção da somatória no quadro de valores. Com a palavra o Secretário, explicou sobre a Deliberação 118, que trata da atualização do cronograma da cobrança, com a indicação de que a Agência de Bacia será criada futuramente. Colocada em votação pelo Presidente, a mesma foi aprovada por unanimidade. Na seqüência o Presidente colocou em votação a Deliberação 119, que foi explicada detalhadamente pelo Secretário e que versa sobre as normas e procedimentos para enquadramento dos projetos nos recursos disponibilizados para demanda induzida estadual, sendo aprovada por unanimidade, com as devidas alterações. O Presidente e o Secretário agradeceram a compreensão de todos, destacando a importância e o amadurecimento do Comitê nas discussões. Na fase de “**Encerramento**”, verificando o cumprimento de todos os itens da pauta, o Presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a presente assembléia, que contou com a participação de 34 membros e 29 convidados, num total de 63 pessoas.